

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DA CRECHE ‘A JOANINHA’, DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA

Ponta Delgada, 22 de setembro de 2017

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para vos dar conta do gosto que é estar hoje aqui. Sobretudo, constatando a evolução que o espaço teve desde a última vez que cá estive e que, no fundo, traduz bem aquela que foi a finalidade deste investimento, aquela que foi a razão de ser desta parceria que, à semelhança de tantas outras pelas nove ilhas da nossa Região, se concretiza, no dia-a-dia, entre instituições privadas e instituições públicas.

Este é um investimento que, ascendendo a um valor de cerca de 800 mil euros, dá resposta, sobretudo com a sua capacidade para acolher quatro dezenas de crianças, a uma carência importante que se verificava na área urbana e, também, no concelho de Ponta Delgada.

Mas as razões pelas quais tenho uma particular satisfação de estar hoje aqui convosco têm a ver com a constatação daquilo que significa ser a área de apoio à infância e à juventude uma área estratégica para o Governo dos Açores.

Corresponde, no fundo, àquilo que mobiliza um conjunto variado de recursos da parte pública no sentido de concretizar as condições que possam, efetivamente, contribuir com melhores condições para as crianças e jovens açorianos. Ou seja, melhores condições para a construção do futuro da nossa Região.

Falo da aposta que tem sido feita nesta área da infância e da juventude através de uma política de respostas sociais destinada, desde logo, a criar condições para que, cada criança, para que cada jovem, em todas e em cada uma das nossas ilhas, até ao máximo possível, em igualdade de circunstâncias, possa progredir ao nível cognitivo, ao nível social e ao nível pessoal.

No que isso significa na mobilização de recursos públicos, gostaria de referir que no ano de 2016 investimos mais de 32 milhões de euros no funcionamento e na requalificação desta rede de respostas sociais na área das crianças e jovens, através de investimentos em creches, jardins-de-infância, centros de atividades de tempos livres e centros intergeracionais.

O panorama da Região, neste domínio, é o de termos um total de cerca de 300 respostas apenas na área da infância e da juventude, espalhadas pelos 19 concelhos e com uma capacidade instalada de mais de 13 mil vagas, nas suas diversas valências.

É um esforço que tem tido também seguimento neste ano de 2017, em que estão em curso atualmente investimentos na ordem dos 12 milhões de euros na requalificação e construção de novas creches e jardins-de-infância nas ilhas de São Miguel, Faial, Corvo

e Terceira, que acreditamos que vão dar um forte contributo para esta coesão social que assim também se concretiza.

Mas é importante termos, também, em conta que não nos podemos centrar apenas nesta componente das infraestruturas. Da parte do Governo dos Açores, há esta preocupação de alargar as medidas e as políticas que, em diversas componentes, criam as condições para apoio às crianças e aos jovens.

Ainda recentemente estabelecemos novas regras para, por exemplo, o exercício da atividade de ama, procurando garantir que todos tenham melhores condições físicas, de higiene e de segurança, indispensáveis à prestação deste serviço, mas também investindo no desenvolvimento profissional das pessoas que se dedicam a essa atividade.

É por isso que, também com gosto, vos posso transmitir o facto de, até ao final do ano, se iniciar a formação para mais 60 amas na nossa Região, em várias ilhas, nomeadamente São Miguel, Pico, Faial e Terceira, garantindo, desta forma, mais 240 vagas para crianças neste tipo de valência, neste tipo de serviço.

Paralelamente a esta componente de investimento público, mais especificamente destinado a criar condições para essas respostas, há também um aumento do número de dinamizadores no âmbito do combate ou da erradicação de situações de desproteção social, que atingem crianças, jovens e as famílias. Há um aumento do número de dinamizadores, que passaram para um total de 160, e alargámos também a mais ilhas o programa de Educação Parental.

Tudo isto são medidas que visam construir um quadro, criar as condições para que, nesta área da nossa sociedade, existam as respostas que possam dar melhores condições para o nosso desenvolvimento.

Mas gostaria também de partilhar convosco a relevância que tem esta minha referência a estes dados - ao investimento que fazemos, às medidas que tomamos e ao volume de recursos públicos que é afetado. Gostaria que essas referências não fossem entendidas como a congratulação, a satisfação de que está tudo feito. Não está. E nesta área da infância e da juventude é necessário redobrar esforços.

É necessário mudar um conjunto de áreas e um conjunto de situações para que, cada vez mais, aqueles que ainda são fenómenos persistentes possam ser eliminados - pobreza, fragilidade social - e possamos, também aí, lançar alicerces cada vez mais sólidos e seguros para o futuro da nossa Região.

Nós não podemos ter a veleidade de pensar – da parte das entidades públicas –, que conseguimos, só por nós, chegar a todas as situações e que conseguimos ter a resposta final e acabada.

Da mesma forma que a sociedade é dinâmica, também ela exige que, da nossa parte, as respostas sejam dinâmicas, adaptadas aos novos tempos. E, sobretudo, que tenhamos sempre a consciência da importância que tem esta parceria que se estabelece entre entidades públicas e entidades privadas.

Nós sabemos que esta parceria não visa apenas satisfazer o interesse público. Esta parceria visa também satisfazer o interesse, o objetivo e as finalidades das instituições que conosco colaboram. A grande riqueza e a grande força desta parceria é que, assim, é mais do que uma conta de somar capacidades, de somar esforços. Multiplicam-se as capacidades, multiplica-se a possibilidade de chegar mais longe e mais profundamente às situações em que é necessário atuar, em que é necessário intervir.

É, também hoje, aqui, a razão da minha intervenção - a de reconhecer a importância destas parcerias, a força e a capacidade que desta parceria resulta para a nossa sociedade, para a nossa Região.

Estamos a falar no caso concreto da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, mas existem variadíssimos exemplos de instituições privadas - Santas Casas e não só - com as quais a Região partilha recursos, partilha essa capacidade de atuar e poder chegar mais longe.

Essa é, no fundo, uma das grandes forças daquilo que, de forma cada vez mais consistente, é reconhecido noutras paragens, não apenas na nossa Região, inclusive a nível nacional, que é o facto de ter sido possível, de estar a ser possível, termos disponível na nossa Região uma rede entrelaçada de componente pública e de componente privada que, sobretudo em alturas de maior pressão social, de maior exigência social, dá condições para que, na nossa Região, tenhamos mecanismos de apoio como, infelizmente, em outras partes do país e em outras partes do mundo não estão disponíveis.

Essa é uma grande riqueza de que devemos ter consciência – a ambição sempre de querermos mais, mas a consciência também deste riquíssimo património que é da Região Autónoma dos Açores, que é dos Açores e que é, no fundo, dos Açorianos.

As minhas maiores felicidades à Santa Casa da Misericórdia nesta empreitada em que agora se lança de fazer com que esta infraestrutura cumpra as suas funções. As maiores felicidades também para aqueles que, no dia-a-dia, darão expressão prática a esse grande valor.

O meu muito obrigado a todos pela vossa atenção.